

## **O PCB E A GUERRA DA CORÉIA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IMAGINÁRIO SOCIAL**

*Jayme Ribeiro\**

**RESUMO:** Quase quarenta anos sem o reconhecimento legal de sua legenda, permitiram aos comunistas brasileiros uma rica experiência na clandestinidade. Nesse período, inseriram-se em diferentes movimentos sociais a fim de se manterem ligados à vida política do país. Na década de 1950, um dos objetivos dos comunistas brasileiros era o de impedir a participação do Brasil na Guerra da Coréia ao lado dos Estados Unidos. Nesse ano, os comunistas brasileiros patrocinaram a “Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coréia”. Tal campanha era constituída de passeatas, enterros simbólicos, coleta de assinaturas, comícios relâmpagos, manifestações populares etc., objetivando pressionar a opinião pública brasileira e, sobretudo, o governo para que o Brasil não enviasse nenhum membro das forças armadas para participar do conflito coreano. Através da análise dos inúmeros documentos partidários e, sobretudo, da memória dos militantes que participaram do movimento é possível perceber o processo de reconstrução da memória acerca do ideário pacifista e, ainda, verificar a tentativa de criar um laço identitário entre os comunistas e os pacifistas, apresentando os primeiros como seus legítimos e únicos defensores.

**PALAVRAS-CHAVE:** PCB. Memória. Guerra da Coreia.

**ABSTRACT:** Almost forty years without the legal recognition of their legend allowed to Brazilian communists a rich experience in

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP).

clandestinity. In this period, they introduced themselves in different social movements in order to keep connected to the country's political life. In the decade of 1950, one of the aims of Brazilian communists was to impede Brazil's participation in Korean war at the side of The United States of America. In this year, Brazilian communists sponsored the "Campaign Against Sending Brazilian Soldiers to Korea". Such campaign consisted in parades, symbolical funerals, signatures collection, quick rallies, popular manifestations and so on, aiming to press the public opinion, and above all, the government in order to avoid that Brazil would send any member of military forces to participate of the Korean conflict. Through the analysis in uncounted partisan documents and, above all, of the militants memory that participate of the movement it is possible to perceive the reconstruction process of the memory about the pacifist ideas and even to verify the endeavor of creating a tie identity between communists and pacifists, presenting the first ones as legitimate and unique defenders.

**KEYWORDS:** PCB. Memory. Korean war.

No início do século XXI, o tema da paz — que nunca tivera definitivamente saído de circulação — voltava à cena com destacável força. As armas nucleares, que durante os anos da Guerra Fria causavam um temor internacional devido ao seu poder de destruição, povoavam, mais uma vez, o imaginário de sociedades inteiras. Com a manchete de primeira página, o jornal *Folha de S. Paulo*, em dezembro de 2002, confirmava: "EUA ameaçam usar bomba nuclear se forem atacados".<sup>1</sup> A notícia foi divulgada enquanto os inspetores da ONU e o Conselho de Segurança do referido órgão preparavam-se para iniciar, num prazo de dez dias, as discussões relacionadas à declaração do governo do Iraque sobre seus armamentos. Segundo o porta-voz da Casa Branca, a nova estratégia de defesa dos Estados Unidos era simples e dire-

---

<sup>1</sup> *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 dez. 2002, p. 01.

ta. Estava baseada no “direito de responder a ataques com armas de destruição em massa usando uma ‘força esmagadora’, que inclui armas nucleares.”<sup>2</sup> A declaração da Casa Branca poderia ser interpretada, também, como um alerta direto do presidente norteamericano, George Wallace Bush, ao Iraque, o que fez aumentar a tensão na região. De acordo com o documento, relatou o periódico, o próprio presidente declarou “que os Estados Unidos não vão permitir que ‘os regimes mais perigosos do mundo’ ameacem o planeta com as ‘armas mais perigosas do mundo’”.<sup>3</sup>

A partir do final de 2002 e início do ano seguinte, diversos artigos denotavam o tom alarmante das negociações. Em contrapartida, inúmeras manifestações de paz ocorreram em todo o mundo. Durante a segunda semana de janeiro de 2003, milhares de pessoas de diferentes países foram às ruas dizer “não” a um possível conflito no Iraque. Segundo a imprensa, no Japão, a bandeira norteamericana virou sinônimo de guerra. Diversos apelos foram feitos em várias línguas e até sem palavras. Um outro artigo afirmou ainda que

paquistaneses pediram o fim da intolerância americana. Russos protestaram contra a fome de guerra dos EUA. Egípcios queimaram bandeiras brancas para mostrar o que pode acontecer com o mundo. Em Genebra, suíços tocaram músicas típicas, para abafar o barulho das bombas. Em Paris, os franceses chamaram o presidente americano de terrorista número um. Em Bagdá, Saddam Hussein foi defendido por um grupo de jornalistas iraquianos. A manifestação foi diante do quartel-general dos inspetores de armas da ONU, que hoje só encontraram lixo militar.

Britânicos também disseram “não” à guerra, apesar do apoio incondicional do primeiro-ministro Tony Blair aos EUA.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> *Ibidem.*

<sup>3</sup> *Ibidem.*

<sup>4</sup> Extraído de: [www.jornalnacional.globo.com](http://www.jornalnacional.globo.com) – acesso em 18 de mar. 2003, às 22:42 h.

No Brasil, em São Paulo, o “Movimento Paulista Contra a Guerra e Pela Paz” organizou uma passeata pedindo aos Estados Unidos que não iniciassem uma nova guerra, que, de acordo com seus organizadores, poderia ter proporções catastróficas para o mundo inteiro. Os líderes da manifestação levaram um documento, assinado por inúmeras pessoas, ao Consulado dos Estados Unidos. Nele, encontravam-se as razões para evitar uma nova guerra e o apelo dos brasileiros pela manutenção da paz mundial.

Os clamores pela paz não paravam de expandir. A partir da declaração do presidente norteamericano de usar o arsenal do seu país numa guerra contra o Iraque, incluindo armas atômicas, começou a circular pela internet uma petição pela paz. O apelo em favor da paz era assim descrito:

Senhoras e Senhores, 3ª Guerra Mundial!!!

Os Estados Unidos estão para declarar guerra. Estamos numa situação de extremo perigo para o equilíbrio mundial: poderia ser o começo da TERCEIRA GUERRA MUNDIAL. Se você é contra a guerra, a ONU propôs o envio de uma petição assinada para evitar esse trágico acontecimento. POR GENTILEZA, COPIE este e-mail numa nova mensagem, coloque o seu nome no final da lista abaixo e envie-o a todos os seus parentes, amigos e conhecidos. Se ao receber essa lista você vir que ela já tem mais de 500 nomes, por favor, envie uma cópia da mensagem a: [unicwash@unicwash.org](mailto:unicwash@unicwash.org). Se você não quiser assinar, tudo bem. Mas, em nome de todas as pessoas que estão empenhadas em evitar uma catástrofe para o mundo, nós pedimos a você que não o cancele. Devolva-o a quem o mandou para você. Obrigado!<sup>5</sup>

Logo abaixo, encontrava-se uma lista com 428 nomes de pessoas de diferentes países: franceses, italianos, suíços, suecos, espanhóis, bolivianos, argentinos, equatorianos, norteamericanos, chilenos, mexicanos, brasileiros, entre outros, que subscreveram

---

<sup>5</sup> Extraído de: [unicwash@unicwash.org](mailto:unicwash@unicwash.org)

o apelo. Mais uma vez na história, a possibilidade de um novo conflito mundial povoava o imaginário de pessoas no mundo inteiro. Os horrores de uma guerra nuclear, de proporções incalculáveis, no qual todo o mundo poderia ser devastado parecia, outra vez, estar na cabeça das pessoas de diferentes países.

O desejo de uma paz mundial ainda persiste em todas as sociedades, mesmo que ela não possa ser garantida nem assegurada por nenhuma instituição. Como afirma Baczko,

se os homens conscientemente a procuram, só podem concebê-la como paz perpétua, mesmo que sempre se revele efêmera. A paz que um olhar retrospectivo vê como geograficamente limitada a alguns países ou regiões, é sempre uma verdadeira paz porque resultou de uma aspiração histórica e concreta que irresistivelmente suscita, não a certeza, mas a esperança e o desejo de sua perpetuidade.<sup>6</sup>

Com isso, a paz perpétua não designa uma ideia ou uma condição entre diversas outras, mas pode ser definida como objetivo da vontade humana.

No início da década de 1950, os comunistas brasileiros também se mostraram preocupados com a possibilidade de uma terceira guerra mundial. A Guerra da Coreia, deflagrada em junho de 1950, revelou ao mundo que uma hecatombe nuclear não estava distante de ocorrer e, é bem verdade, ninguém arriscava dizer que tal hipótese era infundada.

Iniciada a guerra, um dos objetivos dos comunistas brasileiros era o de impedir a participação do Brasil naquele conflito ao lado dos Estados Unidos. Merece destacar que o envio de vinte mil soldados brasileiros para a Coreia era uma das requisições que ficou estabelecida no “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos”, de 1950. Nesse ano, os comunistas brasileiros patrocinaram a

---

<sup>6</sup> BACZKO, Bronislaw. Utopia. In *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, vol. 5. p. 292.

“Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coréia”. Essa campanha era constituída de passeatas, enterros simbólicos, coleta de assinaturas, comícios relâmpagos, distribuição de panfletos, palestras sobre os efeitos das armas atômicas, organização de manifestações populares etc, objetivando pressionar a opinião pública brasileira e, sobretudo, o governo para que o Brasil não enviasse nenhum membro das forças armadas para participar do conflito coreano. Além disso, a Guerra da Coréia fazia crer aos comunistas brasileiros acreditavam na possibilidade de uma nova guerra mundial que, naquele momento, poderia levar a danos incalculáveis, devido à utilização de armamentos nucleares.

Num determinado período da história, durante a Guerra Fria, a paz foi baseada no princípio de que, por si só, a posse de armas nucleares a garantiria entre seus detentores e, por conseguinte, para o mundo. A “paz pelo terror”, como também ficaram conhecidos os anos de disputa entre Estados Unidos e União Soviética, marcou um longo período da história da humanidade. Milhões de pessoas vivenciaram momentos de tensão acerca da eclosão de uma nova guerra mundial e da destruição do planeta com armas nucleares. No Brasil, os militantes comunistas ficaram a cargo do desenvolvimento de diversas campanhas do “Movimento pela Paz”,<sup>7</sup> entre elas a “Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coréia”. Muitos partilharam da crença de que o mundo caminhava para uma catástrofe. Acreditavam que o único caminho era lutar pela preservação da paz. Inúmeras pessoas foram convencidas a assinarem os diversos apelos de luta pela paz dirigidos à população, esclarecendo o perigo das bombas atômicas

---

<sup>7</sup> O *Movimento pela Paz* ou também chamado de *Movimento dos Partidários da Paz* nasceu do *Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz*, realizado em agosto de 1948, na Polônia, e o *Congresso Nacional dos Combatentes da Paz*, realizado em novembro do mesmo ano, na França. Além deles, o *Congresso Mundial da Federação Democrática das Mulheres*, em Budapeste no outono do mesmo ano, e, muito particularmente, o primeiro *Congresso Mundial dos Partidários da Paz*, realizado em Paris e em Praga, de vinte a vinte e cinco do abril de 1949, contribuíram grandemente para a divulgação e propagação do *Movimento pela Paz* em todo o mundo.

de guerra atômica com o conflito na Coreia e contra o envio de tropas brasileiras para aquele país. Tudo isso, vale ressaltar, sob intensa repressão política e policial.

A campanha contra o envio de soldados durou enquanto ocorreu o confronto militar na Coreia (1950-1953). A campanha também ocorreu concomitante a outras campanhas de apelo pacifista como a “Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas”, “Contra a OTAN”, “Contra a Guerra da Coréia”, “Por Um Pacto de Paz”, de “Ajuda a Imprensa Popular”, “Contra a Carestia”, etc.

Vale ressaltar que as campanhas de luta pela paz surgiram num momento de radicalização da linha política do PCB. O “Manifesto de Agosto”, de 1950, consolidou a virada do partido à esquerda, iniciada dois anos antes, com o chamado “Manifesto de Janeiro de 1948”.

Até a ilegalidade do Partido, em maio de 1947, a política do pós-guerra era a de “União Nacional”. Essa postura política foi criada a partir da Conferência da Mantiqueira, em 1943, e constituiu um marco na vida do movimento comunista no Brasil. Naquele momento, definia-se uma proposta política de união nacional contra o nazi-fascismo. Segundo Reis Filho, “prevalencia a ideia de que era preciso compor a mais ampla aliança, incluindo o governo ditatorial existente”.<sup>8</sup> Os dirigentes comunistas, sobretudo aqueles ligados a CNOP — Comissão Nacional de Organização Provisória —, “estavam convencidos de que esta era a proposta politicamente adequada, porque favorecia o avanço das lutas sociais, do pensamento progressista e do pensamento das esquerdas e do Partido Comunista em particular”.<sup>9</sup> Após a Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, o PCB prosseguiu numa linha política moderada, pregando a “união democrática nacional”. A solução para os problemas nacionais deveria ser buscada através

---

<sup>8</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, vol. 5, 2002. p. 70.

<sup>9</sup> *Idem*.

de “meios pacíficos”. Segundo Leôncio Martins Rodrigues, “a linha de ‘união nacional’ que o partido procurou levar à prática no período da legalidade deveu-se, principalmente, a fatores internacionais durante os anos de ‘convivência pacífica’ entre a URSS e os EUA”.<sup>10</sup> É importante ressaltar que, internamente, as classes proprietárias brasileiras, assim como as Forças Armadas e a Igreja, continuaram bastante hostis ao comunismo, mesmo o partido demonstrando moderação em suas ações e manifestações públicas. Contudo, os comunistas continuavam firmes em sua proposta de “união nacional” e de não atacar de forma hostil o governo, que já lhe havia garantido sucesso durante os anos da guerra. Como relata Reis Filho, o partido acreditava ser necessário “manter e aprofundar a união nacional, liquidar os restos de fascismo existentes na sociedade e no Estado”.<sup>11</sup> No entanto, mesmo com o discurso e a prática moderados, as classes conservadoras da sociedade e as elites políticas do país não permitiram o discurso do PCB. Em nome da defesa da democracia, os comunistas foram impedidos de participar da vida institucional parlamentar, passando, a partir de então, para a clandestinidade.

No plano exterior, o rumo tomado pelos países capitalistas foi o da perseguição ao comunismo e aos comunistas. Na medida em que os anos passavam, deterioravam-se as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e as potências ocidentais, por um lado, e a União Soviética e os países da Democracia Popular, por outro. Com o alinhamento do Brasil ao lado dos EUA e do PCB ao lado da URSS, intensificou-se o endurecimento do governo brasileiro para com os comunistas, ainda mais quando radicalizavam, cada vez mais, suas críticas ao capital estrangeiro, ao “imperialismo” e ao próprio Estados Unidos.

Diante da posição do governo Dutra em relação ao PCB e da nova situação internacional de hostilidades mútuas entre as duas

---

<sup>10</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *HGCB. O Brasil Republicano – sociedade e política (1930-1964)*, São Paulo, Difel, 1983, vol. 3, p. 412.

<sup>11</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão, *op. cit.*, p. 72.



superpotências, a linha anterior moderada de “união nacional” foi prontamente abandonada e substituída por uma linha mais agressiva, ultraradical, orientada para a derrubada do governo. A partir desse momento, o PCB deveria se preparar para lutas revolucionárias de massas e abandonar a ideia de uma pressão através da via parlamentar.

No decorrer dos anos de vigência da linha política do *Manifesto de Agosto*, o PCB sofreu inúmeros ziguezagues em suas políticas e ações práticas. Em muitos momentos, o que pode parecer contradição faz parte, apenas, das incontáveis ambiguidades produzidas pelo partido. O que se pode apresentar como uma relevante contradição — propor a luta armada para a tomada do poder ao mesmo tempo em que mobiliza sua militância para coletar assinaturas em favor das campanhas pela paz —, não o foi para o PCB, ao menos para sua direção. A luta pela paz se dava em âmbito internacional e a revolução era articulada internamente. Uma não anulava a outra principalmente, porque, de acordo com o pensamento comunista daquele momento histórico e do seu programa de ação, a paz somente seria alcançada com a implantação do socialismo e esse seria conquistado, segundo o *Manifesto de Agosto*, por via das armas.<sup>12</sup>

Nesse sentido, o partido continuou a organizar e divulgar as campanhas em favor da paz. A primeira campanha organizada pelo “Movimento pela Paz” foi a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”, também chamada de “Apelo de Estocolmo”.<sup>13</sup> Enquan-

---

<sup>12</sup> Para aprofundar essa questão ver RIBEIRO, Jayme Lúcio Fernandes. Guerra e paz: a trajetória dos comunistas brasileiros nos anos 1950. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense (Uff), Niterói, 2008.

<sup>13</sup> A *Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas* surgiu da terceira sessão plenária do Comitê do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, em Estocolmo, Suécia, em março de 1950. No Brasil, foi divulgada e propagandeada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguindo a linha de luta pela paz do Partido Comunista da União Soviética e dirigida a todos os partidos comunistas. A campanha consistia no recolhimento de assinaturas, pelos militantes comunistas, através de inúmeros documentos dirigidos à opinião pública e aos governos, reivindicando a proibição da utilização das armas atômicas por qual-

to os militantes se empenhavam na coleta de assinaturas para a “Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas”, eclodiu a guerra na Coreia, o primeiro conflito entre forças ocidentais e comunistas. Com a eclosão da guerra, a imprensa comunista passou a criticar, com firmeza, a “intervenção imperialista nos assuntos da Coréia” e a violência contra seu povo. Sob o título de “Tirem as mãos da Coréia”, o jornal *Democracia Popular* afirmava que “milhões de pessoas no mundo inteiro levantavam unanimemente e com energia da voz indignada para protestar contra a agressão dos imperialistas americanos e ingleses”.<sup>14</sup>

Os comunistas brasileiros reprovavam a guerra na Coreia, no sentido de considerarem como uma guerra imperialista. Compartilhavam de ideias e ações que reivindicavam a liberdade para o povo coreano. A ação soviética, naquele momento, era louvável, pois ajudava o povo coreano na defesa de sua liberdade contra os “trustes ianques”. Em 1950, Luiz Carlos Prestes, a mais importante personalidade do comunismo brasileiro, destacava que o povo devia lutar “pela paz, contra qualquer participação na criminosa intervenção guerreira de Truman na Coréia e na China”.<sup>15</sup> Dizia, ainda, o líder comunista:

Nada, mas absolutamente nada para a guerra imperialista! Nenhum soldado do Brasil para ajudar a agressão americana na Coréia. A luta dos povos asiáticos contra o imperialismo é parte integrante de

---

quer país e a eliminação dos arsenais atômicos existentes até aquele momento. O objetivo dos comunistas brasileiros era coletar 4 milhões de assinaturas, em todo o Brasil, até 30 de setembro de 1950. As assinaturas seriam entregues no 2º Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, realizado de 21 a 23 de outubro daquele ano, para posteriormente serem apresentadas no II Congresso Mundial da Paz, em novembro, na cidade de Sheffield, Inglaterra. Ver RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os “Combatentes da Paz”* – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense (Uff), Niterói, 2003.

<sup>14</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 1º agosto de 1950, p. 01.

<sup>15</sup> *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1950, p.04.

nossa própria luta pela independência do Brasil do jugo imperialista. Que os norte-americanos saiam imediatamente da Coreia.<sup>16</sup>

Assim, diante das notícias de que o Brasil, convocado pela ONU, enviaria tropas para lutar naquela guerra, os comunistas distribuíam panfletos, lançavam manifestos, coletavam assinaturas, faziam passeatas e realizavam comícios “contra a agressão à Coreia”. O apoio da imprensa comunista era total às ações soviéticas na Coreia. Era preciso acabar com a guerra, em defesa da paz, mas se houvesse um vencedor, que fosse a União Soviética.

Num “comício relâmpago”, realizado em 18 de julho de 1950, na Praia Pequena, Distrito Federal, os comunistas desfilavam faixas com os seguintes dizeres: “FORA COM OS INVASORES NORTEAMERICANOS DA COREIA E DO BRASIL”.<sup>17</sup> Seus oradores concluíam: “essa criminoso ação de guerra é parte do plano geral dos gangsters atômicos para desencadear a guerra mundial, que ameaça todos os povos.”<sup>18</sup> Além disso, nos quartéis das três Forças Armadas, os militares comunistas passaram a distribuir diversos panfletos, propagando a ideia de que os soldados não deveriam aceitar seus embarques para a Coreia. Um dos panfletos, intitulava-se “Corrente do N”, e conclamava seus camaradas a escrever a letra “N”, de “não”, nos quartéis, navios, alojamentos etc. Em um dos panfletos, podia ser lido o questionamento do autor alegando:

- Morrer para quê?
- Para defender o Brasil? Não. Para ajudar os americanos a conquistar um País que nunca nos fez mal.
- Para defender a liberdade? Não. Para ajudar os americanos a escravizarem o povo coreano que quer ser livre.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Ibidem*, 22 de jul. 1950, p. 04.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional. Panfleto Corrente do N.

Com isso, os comunistas brasileiros e, em particular nessa questão, os militares comunistas, tentavam frear o apoio do governo Dutra ao governo norteamericano. Com a intenção de barrar ou, pelo menos, retardar, o envio de tropas àquele país, os dirigentes comunistas organizaram jornais destinados às Forças Armadas. O jornal “Asa Libertadora”, distribuído entre os militares da Aeronáutica, reivindicava constantemente a não participação de praças e oficiais brasileiros na Guerra da Coréia. De acordo com o jornal, o “Asa Libertadora” era o periódico dos

soldados, dos cabos, dos sargentos e dos oficiais patriotas, que desejam ver formada em breve a FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, com o objetivo de, aliado ao povo, meter o pé no trazeiro do americano aqui instalado, derrubar os traidores Dutra, Trompowski e tipos como o ‘Brigadeiro’<sup>20</sup>

Segundo os comunistas, “Dutra, Trompowski e os nossos comandantes pretendem nos levar à Coréia a fim de lutar ao lado dos americanos, contra o heroico povo coreano”.<sup>21</sup>

Diversas manifestações contra o envio de tropas brasileiras para a Coreia foram realizadas durante o ano de 1950. Todavia, nenhuma teve tanta repercussão como o caso de uma operária, militante comunista, Elisa Branco, casada com um operário, e que possuía grande prestígio entre os militantes. No dia 7 de setembro de 1950, nas ruas de São Paulo, participando de uma manifestação em favor da paz e contra a guerra da Coreia, abriu uma faixa com os seguintes dizeres: *Os soldados nossos filhos não irão para a Coréia*. Encerrada a manifestação, começou a implacável perseguição. Saindo da passeata a pé, Elisa enrolou a faixa e a pôs debaixo do braço. Estava sendo perseguida e quando percebeu o que estava acontecendo já era tarde. Tomou o bonde e

---

<sup>20</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). Dossiê DPS 823. Jornal Asa Libertadora, agosto de 1950.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

quando descia, procurando fugir dos policiais, foi presa e levada para a detenção. Permaneceu alojada por um ano junto às presas comuns. Durante esse período, inúmeras manifestações foram realizadas no local. Os protestos eram inúmeros e a imprensa comunista condenava duramente a ação do governo. Os jornais comunistas, a partir da data de sua prisão, sempre lançaram artigos pedindo sua liberdade. Por outro lado, para a imprensa não comunista, Elisa Branco não passava de uma “agente de Moscou”, de uma “falsa” defensora da paz.

A guerra na Coreia, nesse contexto, surge para os comunistas como uma grave ameaça de guerra atômica. Era preciso redobrar os esforços na coleta de assinaturas pela proibição das armas atômicas, pelo não envio de soldados brasileiros à Coreia e em defesa da paz para o mundo. Principalmente a partir da eclosão da guerra, começaram a surgir, na imprensa comunista, inúmeros artigos sobre a urgente necessidade de se estabelecer a paz e interditar a ação das bombas atômicas. Alguns títulos de artigos são reveladores: “Dirigem-se à consciência dos povos os jovens de Hiroshima e Nagasaki”, “Cada Assinatura é um Voto Contra a Guerra”, “Reforçar a Luta em Defesa da Paz”, “Contra a ameaça Iminente de Guerra”, “O povo sente agora mais iminente o perigo de guerra”, “Pela proibição da Bomba Atômica, Contra o envio de tropas à Coreia”.<sup>22</sup>

A partir da análise das fontes, é possível perceber que, assim como no período anterior a Segunda Grande Guerra e com o advento do nazi-fascismo, os comunistas, com a eclosão da Guerra da Coreia, passaram a adotar também a política de “luta contra a guerra”. Para se criar as condições necessárias de uma paz sólida e duradoura entre as nações, era preciso fazer o possível para evitar a deflagração de um novo conflito mundial. A guerra na Coreia, naquele momento, revelava-se como um grande perigo e obstáculo à manutenção da paz. O medo crescente de uma nova

---

<sup>22</sup> Seguem-se as datas e páginas dos artigos encontrados no jornal *Voz Operária*. Ano de 1950: 24 de jun. (2º caderno), p. 9; 1º de jul., p. 3; 8 de jul., p. 11; 15 de jul., p. 12; 22 de jul., p. 12; 12 de ago., p. 12.

guerra mundial, agora de proporções nucleares, se fazia presente no imaginário comunista e de um grande número de pessoas que viveram aqueles “períodos quentes” da chamada Guerra Fria.

Em março de 1950, *O Jornal*, dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, apresentou uma manchete alarmante: “IMPOSSÍVEL DEFESA DA EUROPA”.<sup>23</sup> No artigo, o ex primeiro ministro britânico Churchill advertia sobre o “perigo crescente de uma agressão russa” e conclamava uma ação decidida do governo inglês para impedir os horrores de uma nova conflagração internacional. O dirigente conservador dizia, no Parlamento, que, sem a ajuda efetiva da Alemanha Ocidental, não se poderia defender com êxito a Europa Ocidental de uma possível invasão russa. Suas declarações causavam polêmica no cenário internacional, já que falava de uma Alemanha que havia posto o mundo em uma guerra catastrófica e dispendiosa para o povo europeu. Contudo, o temor de uma invasão, por parte da União Soviética, era maior do que o rearmamento alemão e, como ele, havia muitos que apostavam nessa idéia. Em outras palavras, não apenas para Churchill, mas para a grande maioria dos parlamentares europeus ocidentais, o medo de uma invasão soviética, junto com seus países “satélites”, povoava o imaginário daqueles que pretendiam manter relações políticoeconômicas com os Estados Unidos ou estavam sob sua área de influência. Vale lembrar, entretanto, que o crescimento dos partidos comunistas em todo o mundo e suas vitórias nas eleições parlamentares de diversos países contribuíam, em grande medida, para a confirmação e a reprodução daquele imaginário. Segundo Winston Churchill,

a decisão de estabelecer uma frente na Europa contra uma possível invasão russa e de seus Estados satélites é de suma gravidade para nós e também imperiosa. Acredito necessário dizer, falando pessoalmente e expressando opinião própria, que esta longa frente não poderá ser defendida com êxito sem a ajuda ativa da Alemanha

---

<sup>23</sup> *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 de mar. 1950, p. 06.

Ocidental. (...) Não podemos assegurar aos alemães de que seu território não será invadido pelos russos ou seus satélites. A poderosa massa do exercito russo e seus satélites ameaça o povo alemão como uma nuvem ominosa e os aliados não podem dar-lhe proteção.<sup>24</sup>

Sempre com um tom alarmante, o ex primeiro ministro britânico fazia questão de enfatizar o avanço comunista pelo mundo, a real possibilidade de uma terceira guerra mundial desencadeada pela União Soviética. Se nenhuma ação prática fosse decidida a curto prazo, se nenhum acordo de paz fosse eficazmente realizado ou se a Alemanha Ocidental não fosse tão logo remilitarizada, o mundo inteiro reviveria os revezes de uma guerra mundial, no entanto de proporções incalculáveis. A esse respeito Churchill prevenia: “neste terreno da bomba atômica a nossa situação piorou desde a terminação da guerra, isto porque os russos obtiveram o segredo da bomba atômica e, diz-se, começaram sua produção.”<sup>25</sup>

Da mesma maneira, Luiz Carlos Prestes afirmava que a ameaça de guerra, cada dia maior e mais iminente, pesava sobre o país, pondo em risco a vida de milhares de jovens e a segurança de toda a população brasileira. Segundo Prestes,

é a guerra que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação. Sentimos em nossa própria carne, através do terror fascista, como avançam os imperialistas norteamericanos no caminho do crime, dos preparativos febris para a guerra, como passam eles à agressão aberta e à intervenção armada contra os povos que lutam pelo progresso e a independência nacional!<sup>26</sup>

Para o líder comunista, o medo de uma nova guerra mundial não se baseava em nenhuma fantasia. Os horrores de um outro

---

<sup>24</sup> *Ibidem.*

<sup>25</sup> *Ibidem.*

<sup>26</sup> Luiz Carlos Prestes – Manifesto de Agosto. Citado em *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950, p. 1, 2 e 4.

confronto internacional, ainda mais perigoso do que aquele que ocorrera entre 1939 e 1945, mostravam-se bastante próximos.

A Guerra da Coreia revelava-se como o primeiro passo no desencadeamento do conflito. Além disso, uma guerra mundial naquele momento da história representaria a possibilidade de uma catástrofe sem limites para a humanidade, já que havia um arsenal nuclear à disposição das superpotências e que, segundo seus representantes políticos, caso houvesse necessidade e de acordo com os nervos em determinados momentos da Guerra Fria, não hesitariam em lançar mão. Quanto a essa questão, o periódico *O Jornal*, de julho de 1950, publicava uma declaração do presidente norteamericano Harry Truman a jornalistas de seu país afirmando que, *no presente momento*,<sup>27</sup> não pensava em utilizar a bomba atômica contra os comunistas da Coreia do Norte. Contudo, em palestra ao mesmo jornal, um correspondente recordou ao presidente que “ele declarou várias vezes em público que não vacilaria em utilizar a bomba atômica em caso de agressão”.<sup>28</sup> Em outro momento, era publicado pelo mesmo periódico, com letras garrafais, em manchete na primeira página, a seguinte frase: “USAR BOMBA ATÔMICA NA LUTA ASIÁTICA”.<sup>29</sup> Inaugurando o artigo com essa manchete, o jornal descrevia a necessidade prática da utilização do arsenal atômico dos países ocidentais contra o governo da Coreia do Norte.

Dessa maneira, é possível perceber que a preocupação dos comunistas brasileiros com um novo conflito mundial e, naquele momento, com a utilização de armas nucleares não era infundada, nem fantástica. O receio de que ocorresse realmente o que os jornais da grande imprensa divulgavam contribuía para aumentar os temores dos militantes comunistas, como também de toda uma população que viveu aqueles momentos decisivos da Guerra Fria. Contribuía, de igual forma, para consolidar no imaginário comunista, o iminente perigo de guerra atômica e suas consequências

---

<sup>27</sup> Grifo no original.

<sup>28</sup> *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de jul. 1950, p. 01.

<sup>29</sup> *Idem*. 09 de jul. de 1950, p. 01.



para a humanidade, assim como apresentava o caminho a ser seguido: o da luta pela paz, proibindo a utilização das armas atômicas e, sobretudo naquele momento específico, não enviando soldados brasileiros para a Coreia.

Prestes, no “Manifesto de Agosto”, anunciava:

É a preparação da guerra que se intensifica no país. A medida que crescem no mundo inteiro as forças da democracia e do socialismo, que a União Soviética, cada vez mais poderosa, amplia seu prestígio mundial, que os povos da Ásia com o grande povo chinês libertam-se do jugo imperialista, que os partidários da paz organizam-se em todo o mundo e unem suas forças, que cresce o movimento operário e a influência do Partido Comunista, as forças do imperialismo, do mundo capitalista minado por contradições cada vez maiores desesperam, tornam-se mais agressivas, preparam-se abertamente para a guerra, cujo desfecho querem precipitar e exercem pressão, cada dia maior sobre os governos dos países dominados, dos quais exigem submissão e obediência crescentes.<sup>30</sup>

Com isso, Prestes deixava claro a “verdadeira” posição do governo brasileiro, “traidor nacional” e “entreguista”, “negocista” dos bens da pátria e dos bens de todos os cidadãos brasileiros. Relatava, ainda, que o ataque norteamericano à Coreia era a comprovação prática da política de agressão aberta “de aventura e desespero”, por meio da qual pretendiam os monopólios anglo-americanos arrastar os povos a mais uma “carnificina guerreira” de proporções jamais vistas. Em concordância com a teoria marxista, o autor do manifesto revelava que os países capitalistas estavam premidos por uma crise econômica e, por isso, queriam precipitar o desencadeamento de uma guerra mundial. Na Coreia, “os aviões norteamericanos já trucidam a mulheres e crianças e bombardeiam povoações pacíficas. [...] Já proclamam cinicamente suas bárbaras intenções e ameaçam matar com suas bombas

---

<sup>30</sup> Luiz Carlos Prestes, *op. cit.*, p. 1, 2 e 4.

atômicas a mulheres e crianças, jovens e velhos, indistintamente, para impor ao mundo sua dominação escravizadora”.<sup>31</sup> Assim, a posição do Brasil ao lado dos Estados Unidos levava o governo a elaborar e confirmar tratados de apoio às potências capitalistas ocidentais, que levariam a mais gastos militares, ao envio de tropas brasileiras para combater numa “guerra de agressão”, principalmente não sendo nossa, ao não destino de verbas necessárias às áreas de maior premência do país, à perseguição política e policial de “todos aqueles que não se conformam com a colonização do Brasil”, etc.

Por outro lado, a União Soviética se apresentava, segundo os comunistas brasileiros, como a verdadeira defensora da paz mundial. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo, a partir da primeira campanha desenvolvida pelo PCB, conhecida como “Apelo de Estocolmo”, vários artigos sobre o pacifismo soviético eram publicados na imprensa comunista. A partir desse ano, os jornais comunistas, de uma maneira geral, passaram a publicar uma série de artigos mostrando o que tinha “sido a luta dirigida pela URSS visando à proibição das criminosas armas atômicas como armas de guerra e a utilização da energia atômica para fins pacíficos”.<sup>32</sup> Num dos artigos, a manchete estampava em letras garrafais: “A U.R.S.S. – CAMPEÃ DA PAZ MUNDIAL”.<sup>33</sup> O artigo revelava que o “país dos soviets” havia sido o primeiro a propor a proibição das armas atômicas. Segundo o artigo,

desde o dia em que os imperialistas norteamericanos criminosamente, utilizaram a bomba atômica contra a população civil de duas grandes cidades no Japão, quando o Exército soviético levava a derrota esmagadora e irremediável o grosso das forças japonesas na China e na Mandchuria, a consciência dos povos passou a exigir a proibição das armas atômicas.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> *Idem.*

<sup>32</sup> *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 15 abr. 1950, p. 06.

<sup>33</sup> *Idem.*

<sup>34</sup> *Idem.*

Assim, é possível perceber que os comunistas estavam trabalhando na constituição de uma memória ligada ao pacifismo e à luta pela paz. Dessa forma, como revela Michael Pollak, “se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, [...] podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”.<sup>35</sup> E aqui, então, fica expressa essa relação. Os comunistas, ao (re) construírem sua memória, objetivavam, também, a construção de uma nova identidade: a de pacifistas. De acordo com Pollak,

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.<sup>36</sup>

Com isso, conclui o autor, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem a sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.<sup>37</sup>

Desse modo, os comunistas brasileiros, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo, a partir da Guerra Fria, passaram a delimitar suas fronteiras com as do campo da paz, reelaborando o passado de acordo com as questões que vivenciavam no presente.

Corroborando essas ideias, Pierre Nora afirma que a memória coletiva “é a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma

---

<sup>35</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212, p. 05.

<sup>36</sup> *Idem*. Memória, esquecimento e silêncio. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15, p. 07.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

coletividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado”.<sup>38</sup> Nesse sentido, a memória é um ato do presente, é um pensar do presente sobre o passado. E também, de acordo com essa base teórica, a memória é construída historicamente. Assim, podemos pensar em construção da memória sobre o fato histórico da Guerra da Coréia. Os comunistas resgatavam esse episódio e sua memória denunciando os EUA como os “invasores” e apresentando-os como os verdadeiros causadores de uma nova guerra mundial. Por outro lado, os comunistas construíam sua imagem de pacifistas, como os verdadeiros defensores da humanidade, já que apresentavam-se apenas como defensores de uma ofensiva norteamericana e propunham constantemente o fim dos arsenais atômicos e sua utilização em quaisquer guerras.

A arma atômica e seus efeitos povoavam o imaginário dos comunistas brasileiros. Para eles, a bomba “era um instrumento de agressão e extermínio em massa de populações pacíficas” e “matava indistintamente”. A guerra na Coréia representava o perigo iminente de uma guerra nuclear, pois, como alegava a imprensa comunista, as duas potências em confronto possuíam armas atômicas. Dessa maneira, como revela Baczko, pode-se notar que o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de uma determinada maneira. O imaginário social é um esquema de interpretação e, também, de valorização. Suscita a adesão a um sistema de valores e intervém, de modo eficaz, nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastan-

---

<sup>38</sup> NORA, Pierre. Memória coletiva. In: LE GOFF, Jacques e outros (Org.). *A nova história*. Coimbra: Almedina. 1990, p. 451. A expressão “memória coletiva” aparece com frequência nos textos dos historiadores da *Nouvelle Histoire*. No dicionário da *Nouvelle Histoire* o verbete é escrito por Pierre Nora. O dicionário foi publicado na França em 1978, dirigido por Roger Chartier e Jacques Revel, como parte da coleção: *As enciclopédias do saber moderno* e traduzido para o português em 1990 pela Livraria Almedina, de Coimbra. Citado em SOARES, Mariza de Carvalho. Cinema e História ou cinema na Escola. In: *Primeiros Escritos*. Revista eletrônica, nº 1, julho-agosto 1994.

do os indivíduos para uma ação comum. Raoul Girardet relata que é ao longo das linhas de mais forte tensão social que se desenvolvem os mitos, principalmente os mitos políticos. Segundo o autor, “é nos ‘períodos críticos’ que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração”.<sup>39</sup> Os mitos tensionam e, ao mesmo tempo, atraem. Assim, torna-se possível perceber a adesão das pessoas que contribuíram com suas assinaturas aos apelos de luta pela paz dos comunistas e, ao mesmo tempo, partilhavam do imaginário acerca do iminente perigo de guerra mundial com a Guerra da Coreia. Além disso, o conflito na Coreia mostrava-se grandemente como um “período crítico”, no dizer de Girardet. Dessa forma, a Guerra da Coreia, a bomba atômica e seus efeitos devastadores povoavam o imaginário dos militantes comunistas e informavam acerca da realidade que estava por vir. Num momento de grave tensão internacional, onde as duas superpotências enfrentavam-se e hostilizavam-se mutuamente, a guerra na Coreia simbolizava, o início de confrontos mundiais que levariam ao fim da humanidade.

Dessa maneira, existindo uma possibilidade, cada vez mais premente, de um conflito mundial nuclear, os comunistas deveriam canalizar suas energias em prol de uma necessidade comum e de um bem maior para todos: o não envio de soldados brasileiros para a Coreia, contribuindo, assim, para a manutenção da paz entre as nações.

É preciso ressaltar que o “Movimento pela Paz” não foi obra do Partido Comunista da União Soviética, muito menos do PCB. A partir de 1947, a União Soviética, sob a liderança de Stálin, lançava aos partidos comunistas uma nova “Linha Geral”.<sup>40</sup>

Em novembro de 1949, na reunião do Kominform, a “luta pela paz” foi definida como tarefa central do movimento comunista, a

---

<sup>39</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p. 180.

<sup>40</sup> CLAUDIN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista*. De la Komintern al Kominform. Paris: Ruedo Ibérico, 1970.

qual deveriam subordinar-se todas as outras tarefas e objetivos.<sup>41</sup> Acreditava-se, nesse momento, numa possível “ação direta” do imperialismo norteamericano contra a União Soviética. Os líderes do Kominform diziam que a URSS vivia uma grave ameaça com a escalada armamentista dos EUA, especialmente com seus arsenais atômicos. A intervenção na Coreia, relatavam, era a grande prova da agressividade imperialista. O objetivo prioritário dos revolucionários, portanto, era o de conquistar uma paz “sólida e duradoura” em detrimento de novas revoluções socialistas. A partir desse momento, o PCUS direcionou a todos os partidos comunistas a “tarefa” de participar das campanhas do “Movimento pela Paz”. No entanto, não se pode dizer que a nova diretriz de “luta pela paz” da União Soviética objetivava apenas os interesses pacifistas pura e simplesmente. A nova perspectiva consistia em formar uma ampla frente antiamericana, visando impor aos Estados Unidos um arranjo mundial que fosse satisfatório aos interesses soviéticos e que permitisse, em maior amplitude, obter o controle da corrida armamentista, assim como barrar o desenvolvimento armamentístico norteamericano, proporcionando, ao mesmo tempo, o avanço das pesquisas nucleares soviéticas. Dessa forma, pode-se notar que a URSS procurou aproveitar-se das campanhas do “Movimento pela Paz” para conquistar seus objetivos no contexto da Guerra Fria.

Por outro lado, é preciso destacar que havia, por parte dos governos de ambos os países, aspirações a uma coexistência a longo prazo, mesmo que, na maioria das vezes, fossem marcadas pela propaganda negativa que um fazia do outro. Havia, no mundo inteiro, e, sobretudo na União Soviética, aspirações imensas pela paz.

As estimativas das perdas de vidas humanas atestam um quadro verdadeiramente impressionante. A Segunda Guerra Mundial, no seu conjunto, afetou, de maneira incontestável, a vida do continente europeu. No entanto, nenhum outro país seria afetado de

---

<sup>41</sup> *Ibidem.*

modo tão catastrófico quanto a URSS. Segundo Reis Filho, “enquanto a União Soviética perdeu 20 milhões de habitantes, entre civis e militares, Estados Unidos, Inglaterra e França, reunidos, tiveram perdas de cerca de 1,3 milhão de pessoas”.<sup>42</sup> Nota-se, portanto, uma diferença significativa, principalmente, ao considerar-se que as mortes associaram-se, também, a outras perdas, de difícil mensuração, como, por exemplo, invalidez permanente ou temporária, traumatismos, desestruturação de famílias, devastação de propriedades etc. É evidente que Inglaterra e França também foram afetadas. Endividaram-se pesadamente, perderam a condição de grandes potências e sofreram perdas humanas e materiais. Todavia, nada comparável às destruições causadas pelos nazistas nas regiões soviéticas ocupadas durante a guerra. Cidades inteiras arruinadas, milhares de aldeias arrasadas.

Os dados, em todos os níveis, eram sombrios. A vitória na Segunda Guerra Mundial fora conquistada. Contudo, a um custo extraordinariamente elevado. Dessa maneira, é possível perceber que uma coexistência pacífica, a longo prazo, era um fator que agradava não apenas a população soviética, mas, de igual forma, a opinião pública internacional. Como salienta Reis Filho, “nunca, talvez, a URSS conheceu, de forma tão generalizada e profunda, tal anseio e confiança numa paz duradoura. Um senso comum”.<sup>43</sup>

Importa ressaltar que, mesmo nos Estados Unidos, foi preciso um grande esforço para mobilizar a sua população, durante a Guerra Fria, contra a União Soviética. Vale lembrar que os soviéticos haviam sido um importante aliado na luta contra o nazismo e saíram da Segunda Guerra Mundial com grande prestígio internacional. Assim, não se pode dizer que o “Movimento pela Paz” e as campanhas por ele desenvolvidas foram apenas chamamentos à paz, sem nenhum respaldo das populações, que foram criados apenas como manobra da URSS para conter o avanço das pes-

---

<sup>42</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida: a história do socialismo soviético*. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 1997, p. 153.

<sup>43</sup> *Ibidem*.

quisas nucleares norteamericanas e espalhar sua revolução comunista pelo mundo, como vão dizer os governos capitalistas, aliados dos Estados Unidos durante a disputa da Guerra Fria. É verdade que a URSS utilizou-se das campanhas objetivando interesses particulares no decurso da Guerra Fria. A mobilização da sociedade contra a Guerra da Coreia, sob o ponto de vista de ser uma guerra “imperialista”, “de agressão”, como vão difundir os comunistas brasileiros, atendia aos interesses da União Soviética. Contudo, atendia também aos interesses de milhares de pessoas no mundo inteiro que não queriam ver seus países participando de um conflito de proporções incalculáveis, devido à utilização do arsenal nuclear disponível naquele momento e constantemente divulgado por intermédio da imprensa, tanto comunista quanto não comunista.

### **Considerações finais**

Em resumo, os soldados brasileiros não participaram do conflito coreano. Todavia, não é possível dizer que foi única e exclusivamente devido ao fato de o PCB ter conseguido mobilizar parte da sociedade brasileira, fazendo-a pressionar o governo. No entanto, pode-se afirmar que atuaram com destaque nesse sentido e fizeram um importante trabalho de esclarecimento a população sobre as armas atômicas e seus efeitos para a humanidade, tendo em vista a Guerra da Coreia como real possibilidade de um novo conflito mundial. Objetivamente, as campanhas do “Movimento Pela Paz” acabaram influenciando decisivamente o não envio de tropas brasileiras à Coreia, se destacando, vale lembrar, internacionalmente a militante do PCB, Elisa Branco.

A partir da guerra, mobilizaram o imaginário social acerca do que seria uma guerra atômica e quais as consequências da utilização do arsenal nuclear disponível naquele período da história. Reconstruíram seu passado e sua memória em função do momento em que viviam. Uma nova guerra mundial, era conjurada por populações de diferentes partes do mundo. A paz era o desejo de milhões de pessoas no mundo inteiro. Assim, os comunistas, na-



quela conjuntura específica, tomaram o barco da história e participaram dos debates do seu tempo. Tempo em que a luta pela paz — bem como no caso particular brasileiro, o nacionalismo — estava nos debates políticos e populares e nas cabeças das pessoas. Desse modo, patrocinaram, propagandearam, desenvolveram e articularam as campanhas do “Movimento Pela Paz” no Brasil, seguindo, com certa autonomia, as orientações do PCUS e aproveitando, já que viviam sob forte repressão política e policial, para não se extinguirem como instituição política. Como relata o militante comunista Moisés Vinhas, as campanhas do “Movimento pela Paz”, e, no caso aqui em questão, a campanha “Contra o Envio de Soldados Brasileiros Para a Coréia”, serviram, também, para manter “algumas franjas de sua política ligadas à realidade do país”.<sup>44</sup>

Recebido em março de 2009  
Aprovado em outubro de 2009

---

<sup>44</sup> VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 96.